Malaca, Johor e o arquipélago de Riau

Dr Alexander Ressos, TEP
Attorney-at-Law (Switzerland and Germany),
Solicitor (England & Wales and Hong Kong)
Of Counsel, KGP Legal LLC
alexander.ressos@kgplegal.com.sg
www.ressos.com.sg

Malaca: o porto como constituição

Malaca, fundada por volta de 1400 pelo príncipe refugiado de Singapura, tornou-se em poucas décadas o maior porto do Sudeste Asiático. Seu sucesso assentava num uso precoce e hábil do reconhecimento chinês. Em 1405, o imperador Yongle enviou um emissário a Malaca. O almirante Zheng He fez a primeira de suas visitas em 1407 e, em 1411, Parameswara viajou à corte Ming com uma delegação de 540 pessoas.[1] A proteção Ming resguardou Malaca das pretensões siamesas e fez dela o porto de escala preferido das frotas chinesas que atravessaram o oceano Índico no início do século XV.

O segundo alicerce do sucesso de Malaca foi o Islã. Seus governantes adotaram o Islã na primeira metade do século XV, e a religião consolidou-se sob o sultão Muzaffar Shah (r. 1445–1459).[2] A conversão ligou o porto à rede de mercadores muçulmanos do Guzerate, do golfo Pérsico e do mar Arábico, que dominavam a metade ocidental do comércio do oceano Índico. Deu aos governantes de Malaca uma linguagem jurídica e religiosa comum com as comunidades mercantis mais importantes de seu

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

tempo. Nesse contexto, a religião funcionava como infraestrutura comercial, de modo semelhante ao que o volume sobre Genebra mostra para a fé reformada na Genebra do início da era moderna.

O terceiro alicerce foi a administração. Malaca organizou seu porto em torno de quatro capitães do porto, os shahbandars, cada um responsável por um grupo de comunidades mercantis. Um atendia os guzerates; um segundo, os mercadores do sul da Índia, de Bengala, da Birmânia e de Pasai; um terceiro, os comerciantes do Sudeste Asiático marítimo; e um quarto, os comerciantes de Aname, da China e das ilhas Ryukyu.[3] Cada shahbandar recebia os navios de suas comunidades, destinava-lhes armazéns, organizava a audiência com os funcionários do governante e supervisionava a fixação dos tributos. Os mercadores tratavam com um funcionário que conhecia sua língua, seus costumes e suas mercadorias.

Malaca dispunha também de um direito marítimo escrito. O *Undang-Undang Laut Melaka*, as Leis Marítimas de Malaca, regulava os deveres dos mestres de navio e das tripulações, a repartição do espaço de carga, as regras de navegação e a solução de litígios no mar.[4] Junto com o código jurídico geral do sultanato, o *Hukum Kanun Melaka*, as leis marítimas ofereciam aos mercadores um corpo de regras que podiam conhecer de antemão.[5]

Essa combinação – proteção política, uma cultura comercial compartilhada, uma administração organizada em função das necessidades dos mercadores estrangeiros e regras escritas – equivale ao que se poderia chamar de constituição de um porto. Ela descreve as instituições que tornavam Malaca atraente para comerciantes de todo o oceano Índico e do mar da China Meridional. O boticário português Tomé Pires, que viveu em Malaca pouco depois de sua conquista, resumiu sua importância numa frase ainda hoje citada: "Quem for senhor de Malaca terá as mãos na garganta de Veneza."[6]

A constituição de Malaca antecipa, em vários aspectos, as instituições que a Singapura moderna oferece aos negócios internacionais: a proteção de um Estado respeitado pelas grandes potências, uma administração que atende as empresas estrangeiras nos termos delas e uma ordem jurídica confiável. Trata-se de uma continuidade de função, que não deve ser exagerada a ponto de se converter em

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

continuidade de instituições. Ela mostra, porém, que as condições para um porto bem-sucedido no estreito eram compreendidas muito antes da chegada dos europeus.

Johor depois de 1511

Em 15 de agosto de 1511, uma força portuguesa sob o comando de Afonso de Albuquerque conquistou Malaca.[7] Após a fuga do sultão, seus filhos fundaram dois Estados sucessores: Perak, na costa ocidental da península, e Johor, em seu extremo sul.[8] Johor, estabelecido em 1528 pelo sultão Alauddin Riayat Shah II, reivindicou a herança de Malaca e tentou repetidas vezes recuperar a cidade.[9]

Por mais de um século, Johor lutou em duas frentes: contra os portugueses em Malaca e contra o sultanato de Achém, no norte de Sumatra, que aspirava a dominar o estreito. Suas capitais mudaram várias vezes ao longo do rio Johor e entre as ilhas, destruídas por um ou outro inimigo e reconstruídas em outro lugar. O território de Johor incluía a ilha de Singapura e as águas ao seu redor. No final do século XVI e início do XVII, a foz do rio Singapura parece ter abrigado um posto avançado do sultanato, administrado por um funcionário portuário.

Johor encontrou uma saída para sua situação difícil numa aliança com uma nova potência europeia. Em janeiro de 1641, forças holandesas e de Johor, estas lideradas pelo Bendahara, tomaram Malaca dos portugueses.[10] Os holandeses ficaram com Malaca, mas, mais interessados em sua base em Batávia, usaram-na sobretudo como fortaleza para controlar o estreito. Livre da ameaça portuguesa, Johor viveu um período de prosperidade como reino mercantil na segunda metade do século XVII.

A dinastia de Malaca terminou em 1699 com o assassinato do sultão Mahmud II por um nobre cuja esposa grávida ele mandara matar. A família do Bendahara sucedeu no trono.[11] O regicídio rompeu a legitimidade sagrada que a dinastia derivava da lenda de Singapura e enfraqueceu a lealdade dos orang laut, que haviam servido à antiga casa real. Seguiu-se uma crise política, na qual novos atores entraram em cena.

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

Riau e os bugis

Os novos atores foram os bugis, comerciantes navegadores e guerreiros de Celebes (Sulawesi), que se haviam estabelecido em várias partes do mundo malaio. Após a rebelião de Raja Kecil (1718–1722), os bugis conquistaram grande influência em Johor.[12] Um príncipe bugis recebeu o cargo de Yang Dipertuan Muda, um vice-governante que exercia o poder efetivo, enquanto o sultão malaio conservava a soberania formal. Essa estrutura dual de poder – um sultão malaio e um vice-governante bugis – marcaria a política da região até o século XIX.

Sob a administração bugis, a ilha de Bintan, no arquipélago de Riau, logo ao sul de Singapura, tornou-se o centro de um novo entreposto (porto de trânsito e redistribuição). Navios do Camboja, do Sião, do Vietnã e de outras partes da Ásia vinham comerciar em Riau.[13] Colonos chineses estabeleceram nas ilhas plantações de gambir e pimenta, cujos produtos se tornaram um artigo relevante do comércio com a China.[14] Riau comerciava também com os Country Traders britânicos (comerciantes privados do comércio intra-asiático), o que a pôs em conflito com os holandeses, que consideravam o comércio do estreito um domínio reservado seu.

A prosperidade de Riau terminou abruptamente na década de 1780. Um conflito entre os bugis e os holandeses levou a um ataque holandês, após o qual os holandeses impuseram ao sultanato, em 1784, um tratado que colocou Riau sob seu controle.[15] A presença holandesa afugentou boa parte do comércio privado que tornara Riau atraente. À medida que o sultanato se fragmentava ainda mais, os chefes de seus diversos territórios – entre eles o Temenggong, que detinha o continente de Johor e a ilha de Singapura – adquiriram crescente independência.

A história de Riau é instrutiva para a história posterior de Singapura em dois aspectos. Primeiro, Riau mostrou que um entreposto podia florescer no sul do estreito sob um governante que mantivesse os tributos baixos e acolhesse comerciantes estrangeiros, inclusive colonos chineses e Country Traders britânicos. Segundo, Riau mostrou com que rapidez esse entreposto podia declinar quando uma potência monopolista impunha seu controle. Quando Raffles fundou o estabelecimento britânico em 1819, um de seus argumentos foi justamente que um porto franco atrairia o comércio que os holandeses haviam afastado de Riau.

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

Os orang laut

Uma comunidade que as fontes muitas vezes mencionam apenas de passagem desempenhou papel central em todos esses portos: os orang laut, o "povo do mar". Eram comunidades nômades do mar que viviam em barcos e em povoações costeiras por todo o arquipélago de Riau-Lingga e no sul do estreito. Forneciam as tripulações das frotas reais, patrulhavam as águas, guiavam os navios pelos canais e coletavam produtos do mar para o comércio. Sua lealdade à dinastia reinante era condição para que qualquer reino malaio controlasse o mar.[16]

Os orang laut ilustram uma característica do porto pré-colonial que o debate moderno tende a ignorar. A segurança no mar era um serviço, prestado por pessoas cuja lealdade precisava ser assegurada. Quando os orang laut serviam ao governante, protegiam os mercadores. Quando sua lealdade se desfazia, como após o regicídio de 1699, podiam passar à pilhagem. A fronteira entre força naval e pirataria dependia da ordem política. Em 1819, quando Raffles chegou, a maioria dos habitantes da ilha pertencia aos povos do mar.

Notas

1. Wikipedia, "Malacca Sultanate" (acesso em setembro de 2026): emissário Yin Qing enviado pelo imperador Yongle em 1405, primeira visita de Zheng He em 1407, delegação de 540 pessoas de Parameswara à corte Ming em 1411. ↩
2. Wikipedia, "Malacca Sultanate" (acesso em setembro de 2026): Muhammad Shah (r. 1424–1444) adotou o Islã; o Islã consolidou-se sob Muzaffar Shah (r. 1445–1459). ↩
3. Wikipedia, "Malacca Sultanate" (acesso em setembro de 2026), sobre os quatro shahbandars e as comunidades pelas quais cada um era responsável. ↩
4. Wikipedia, "Malacca Sultanate" (acesso em setembro de 2026): o Undang-Undang Laut Melaka regia o comércio marítimo durante o reinado de Muhammad Shah. ↩

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

5. Sobre o *Hukum Kanun Melaka* e sua relação com as leis marítimas, ver Liaw Yock Fang, *Undang-Undang Melaka: The Laws of Melaka*, Haia, Martinus Nijhoff, 1976. ↩
6. Wikipedia, "Malacca Sultanate" (acesso em setembro de 2026), citando Tomé Pires: "Whoever is lord of Malacca shall have his hands on the throat of Venice." O original encontra-se em Tomé Pires, *Suma Oriental*, escrita entre 1512 e 1515. ↩
7. Wikipedia, "Malacca Sultanate" (acesso em setembro de 2026): Afonso de Albuquerque conquistou Malaca em 15 de agosto de 1511. ↩
8. Wikipedia, "Malacca Sultanate" (acesso em setembro de 2026): os filhos de Mahmud Shah estabeleceram os sultanatos de Johor e Perak após a queda de Malaca. ↩
9. Wikipedia, "Johor Sultanate" (acesso em setembro de 2026): estabelecido em 1528 por Alauddin Riayat Shah II; "the sultan made several attempts to retake the capital but his efforts were fruitless". ↩
10. Wikipedia, "Johor Sultanate" (acesso em setembro de 2026): em janeiro de 1641, "the Dutch and Johor forces headed by Bendahara Skudai, captured Malacca from the Portuguese". ↩
11. Wikipedia, "Johor Sultanate" (acesso em setembro de 2026), sobre o assassinato do sultão Mahmud II em 1699, em vingança pela execução da esposa grávida do Orang Kaya Megat Sri Rama, que pôs fim à dinastia de Malaca. ↩
12. Wikipedia, "Johor Sultanate" (acesso em setembro de 2026): após a rebelião de Raja Kecil (1718–1722), "the Bugis … had huge influence in Johor". ↩
13. Wikipedia, "Johor Sultanate" (acesso em setembro de 2026): Riau tornou-se um importante centro comercial, onde "Ships from various places such as Cambodia, Siam, Vietnam … came to trade". ↩
14. Sobre as plantações chinesas de gambir e pimenta em Riau no século XVIII e sua ligação com as plantações posteriores na ilha de Singapura, ver Carl A.

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

Trocki, *Prince of Pirates: The Temenggongs and the Development of Johor and Singapore, 1784–1885*, Singapura, NUS Press, 2ª ed. 2007. ↩

15. Sobre a campanha holandesa contra Riau e o tratado de 1784, ver Carl A. Trocki, *Prince of Pirates*, capítulo 2, e, para os antecedentes, Leonard Y. Andaya, *The Kingdom of Johor 1641–1728*, Kuala Lumpur, Oxford University Press, 1975. ↩

16. Sobre os orang laut e seu papel nos reinos malaios do estreito, ver Leonard Y. Andaya, *Leaves of the Same Tree: Trade and Ethnicity in the Straits of Melaka*, Honolulu, University of Hawai'i Press, 2008, capítulo sobre os orang laut. ↩

Disclaimer

This article is provided for general information only. It is based on publicly available sources as at its date of publication. These sources have not been independently verified against licences, regulatory registers or the records of the entities concerned. It is not legal, tax, financial or investment advice. Nor is it a recommendation to invest in, transact with or use the services of any entity mentioned. Law and regulation change frequently, so the content may be incomplete or outdated. To the fullest extent permitted by law, Dr Alexander Ressos and the publisher of SingaporeIQ exclude all liability for loss or damage arising from the use of or reliance on this article. Readers should obtain advice on their specific circumstances before acting or refraining from action.

Names and trademarks of the entities discussed belong to their owners and are used for identification only. Their mention implies no endorsement, affiliation or allegation of wrongdoing. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. Corrections and updates: contact@ressos.com.

© 2026 Dr Alexander Ressos. This article may be quoted with attribution to SingaporeIQ (SingaporeIQ.com). Reproduction in full and any commercial use require prior written consent. The Legal Terms at https://singaporeiq.com/legal-terms apply.

Author contact: Dr Alexander Ressos, TEP · contact@ressos.com